

O FIES COMO EXPRESSÃO DA FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

Athyrrson de Araújo Nascimento¹; Alison Slider Nascimento de Paula².

¹Acadêmico de Licenciatura em Educação Física (UVA), athyrson.araujo7@gmail.com

²Docente e Pesquisador em Educação (UVA), alisson_slider@uvanet.br

Introdução

A educação superior brasileira atravessou, nas últimas décadas, uma metamorfose estrutural que alterou sua natureza jurídica, pedagógica e social. O que outrora era concebido pelo pacto constitucional de 1988 como um direito social e dever do Estado, passou progressivamente a ser gerido sob a racionalidade do mercado, consolidando um cenário de mercantilização e privatização (Paula et al., 2017). Este processo não se deu de forma isolada, mas em estreita simbiose com as diretrizes neoliberais que redefiniram o papel do Estado: de provedor direto para regulador e financiador do setor privado (Silva, 2024). Dentro desse escopo, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) emergiu não apenas como uma política de acesso, mas como o principal motor de expansão de grandes conglomerados educacionais financeirizados (Andrade, 2018). A crise do sistema fordista e a necessidade de novos regimes de acumulação levaram o capital a buscar na política social, especialmente na educação, nichos de lucratividade garantidos pelo fundo público. O problema central reside na substituição do investimento direto em instituições públicas pelo subsídio à esfera privada, o que gera um fenômeno de "permanência por endividamento" (Andrade, 2018). Assim, os estudantes deixam de ser portadores de direitos para se tornarem "cidadãos-investidores", assumindo riscos e dívidas que comprometem sua trajetória produtiva.

Diante desse panorama, o objetivo do presente trabalho é analisar os impactos do FIES na privatização da educação superior brasileira, investigando como esse mecanismo facilitou a captura do fundo público pelo capital financeiro e as implicações desse modelo na vida dos estudantes e na configuração do sistema de ensino atual.

Metodologia

O presente estudo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo, utilizando como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica e a análise documental. A fundamentação teórica baseou-se na revisão de literatura especializada sobre financeirização da educação, política social e economia política, com foco em autores contemporâneos que analisam o contexto brasileiro. Para a análise empírica e quantitativa, recorreu-se a documentos oficiais, especificamente os dados do Censo da Educação Superior de 2024, publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2025, além de relatórios de instituições federativas como o Ministério da Educação (MEC).

A sistematização dos dados seguiu os preceitos do materialismo histórico-dialético, buscando compreender o fenômeno da privatização em sua totalidade, articulando as dimensões macroeconômicas aos efeitos micro sociais. O tratamento dos dados documentais focou em indicadores de matrículas, distribuição entre rede pública e privada, e a evolução do número de beneficiários de programas de financiamento. As exigências éticas foram contempladas mediante o uso de fontes de acesso público e a correta atribuição de autoria e citações, respeitando a integridade intelectual das obras consultadas.

A análise dos dados e da literatura revela que a educação superior brasileira atingiu um ponto de inflexão histórica em 2024. Pela primeira vez na série histórica do INEP, o número de matrículas ultrapassou a marca de 10 milhões de estudantes, refletindo um crescimento de 2,5% em relação ao ano anterior (Brasil, 2025). No entanto, essa expansão quantitativa mascara uma profunda desigualdade qualitativa e estrutural. A rede privada detém 80% do sistema, com mais de 8,1 milhões de alunos, enquanto a rede federal registra uma redução sistemática no número de matrículas pelo terceiro ano consecutivo, com uma queda média de 1,02% ao ano (Brasil, 2025). Esse cenário é o resultado de décadas de políticas que privilegiaram a transferência de recursos públicos para o setor privado em detrimento do fortalecimento das IES públicas.

O FIES atua como o mecanismo central dessa transferência. No capitalismo monopolista, o fundo público — formado pelo trabalho excedente transformado em valor apropriado pelo Estado via impostos — é redirecionado para garantir a rentabilidade do capital privado (Behring, 2010). O financiamento estudantil não é apenas um auxílio ao aluno, mas uma "punção do fundo público" que alimenta o fluxo de caixa de grandes grupos educacionais. Andrade (2018) demonstra que, a partir da reformulação do FIES em 2010, o programa abandonou seu papel coadjuvante para se tornar o protagonista da política educacional, proporcionando condições de liquidez imediata para as empresas de capital aberto. Através da emissão de Certificados Financeiros do Tesouro (CFT-E), o governo garante o pagamento das mensalidades às IES, que podem utilizar esses títulos para quitar dívidas tributárias ou convertê-los em espécie (Andrade, 2018).

Essa garantia estatal de receitas permitiu que as empresas de educação ingressassem agressivamente no mercado acionário. Grandes conglomerados como Cogna, Yduqs e Ser Educacional passaram a operar sob a lógica da valorização acionária rápida (Chaves; Sousa, 2024). O foco dessas corporações deslocou-se do ensino para a maximização do valor para os acionistas, resultando em processos de fusões e aquisições que concentraram o mercado. Em 2024, apenas quatro instituições de ensino superior concentravam 23% do total de estudantes matriculados no país (Brasil, 2025). Essa oligopolização compromete a autonomia acadêmica e promove uma "pasteurização" do ensino, priorizando cursos de baixo custo e alta lucratividade, como as licenciaturas e cursos de gestão ofertados na modalidade de Ensino a Distância (EAD). O Censo de 2024 confirma essa tendência: as matrículas em EAD superaram as presenciais pela primeira vez, sendo que na rede privada com fins lucrativos apenas 31% dos alunos frequentam cursos presenciais (Brasil, 2025).

A privatização via FIES impõe, ainda, uma face humanizada e cruel: o endividamento crônico da juventude. Seguindo a lógica do "Estado Avaliador", o governo utiliza sistemas de prestação de contas (accountability) e rankings para mapear a eficiência do mercado educacional, mas negligencia o impacto social da dívida (Paula et al., 2017). O estudante é induzido a internalizar uma "subjetivação contábil e financeira", tratando sua própria formação como um capital humano a ser valorizado via crédito (Andrade, 2018). O resultado é uma geração que inicia a vida produtiva com dívidas que excedem, muitas vezes, a capacidade de remuneração oferecida pelo mercado de trabalho precarizado. Chaves e Sousa (2024) comparam esse fenômeno ao ocorrido nos EUA, onde o financiamento estudantil atingiu proporções alarmantes, ultrapassando outras formas de dívida de consumo. No Brasil, o FIES transforma o acesso ao ensino superior em uma mercadoria financeira, onde o risco é transferido do Estado para o indivíduo, gerando um exército de formados inadimplentes e politicamente fragilizados (Silva, 2024).

Ademais, as limitações deste modelo tornaram-se evidentes com as reformas do programa após 2015. A retração na oferta de novos contratos do FIES demonstrou a dependência das empresas educacionais em relação ao subsídio público. Quando o fluxo de recursos do fundo público diminuiu, as instituições privadas reagem com demissões em massa de docentes e fechamento de cursos menos rentáveis, evidenciando que o compromisso dessas entidades não é com a educação, mas com a rentabilidade (Andrade, 2018). A relevância do estudo reside em denunciar que a expansão da educação superior no Brasil não foi pautada por um projeto de desenvolvimento nacional, mas sim por uma estratégia de acumulação financeira que sacrifica o bem-estar social em prol do lucro rentista.

Conclusões

A privatização da educação superior brasileira consolida-se através da transferência maciça de fundo público para o setor privado. O FIES atua como o principal instrumento de financeirização deste nível

de ensino no Brasil. A expansão das matrículas ocorre de forma desigual, privilegiando o modelo de ensino a distância na rede privada-mercantil. O endividamento estudantil transforma o acesso à educação em uma barreira financeira de longo prazo para os jovens. O Estado brasileiro abdica de seu papel de provedor direto para sustentar a rentabilidade de conglomerados educacionais. A concentração de mercado nas mãos de poucos grupos empresariais compromete a diversidade e a qualidade acadêmica. A redução sistemática das matrículas na rede federal sinaliza uma fragilização deliberada do ensino público gratuito.

Palavras-Chave: Mercantilização; Fundo Público; Políticas Educacionais; Endividamento Estudantil; Ensino Superior.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, L. B. de. **Financeirização na educação superior privada brasileira: permanência por endividamento, expansão por benefício público.** 2018. 165 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

BEHRING, E. R. Crise do capital, fundo público e valor. **In:** BOSCHETTI, I. et al. (Org.). **Capitalismo em crise, política social e direitos.** São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2024:** divulgação dos resultados. Brasília, DF: Inep, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 27 mar. 2026.

CHAVES, V. L. J.; SOUSA, L. M. C. Financiamento e endividamento estudantil no ensino superior na era da financeirização do capital: o FIES e a expansão de empresas educacionais financeiras. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 40, n. 1, p. 1-21, 2024.

PAULA, A. S. N. de; COSTA, F. J. F.; LIMA, K. R. R. A condicionalidade do estado avaliador e suas implicações na avaliação e a expansão mercantilizada da educação superior brasileira. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 330-346, maio/ago. 2017.

SILVA, A. I. C. da. Punção do fundo público na política de educação superior brasileira. **Revista Katálýsis**, Florianópolis, v. 27, e97069, 2024